



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

O CONFLITO DA FAZENDA MATAS DO PAU BRASIL E A APRENDIZAGEM POLÍTICA DOS POSSEIROS NA LUTA PELO DIREITO À TERRA (1972-1980)

Eduardo de Lima Leite*
(UNEB)

José Alves Dias**
(UESB)

RESUMO

A partir de 1972, inicia-se a introdução da lavoura cafeeira em Vitória da Conquista e Barra do Choça. Estimulada pela política de subsídios oficiais do governo federal, a cafeicultura valorizou as terras da região e impulsionou um significativo processo de expulsão de seus moradores. O presente trabalho estuda a luta dos posseiros da Fazenda Matas do Pau Brasil (1972-1980) para não serem expulsos das terras nas quais habitavam e o aprendizado político que vivenciaram ao longo desse processo. A resistência dos posseiros do Pau Brasil é um indício das alterações que se evidenciavam nas estruturas sociais e de pensamento, pois aponta para importantes mudanças de comportamento por parte dos trabalhadores rurais, abandonando uma cultura de submissão e tradicionalismo.

PALAVRAS-CHAVE: Posseiro, Cultura, Aprendizado político.

*Licenciado em História, especialista em Educação, Cultura e Memória pela UESB. Professor do curso de História - UNEB/Campus VI. Participa do Grupo de Pesquisa Estado, Política e Sociedade no Brasil. E-mail: eduardolleite@yahoo.com.br

** Doutor em História Social pela UFRJ (2009). Atualmente é professor adjunto da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Coordenador do Grupo de Pesquisa Estado, Política e Sociedade no Brasil. E-mail: jdias_net@hotmail.com



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

INTRODUÇÃO

Este texto reflete o estágio de desenvolvimento do projeto de pesquisa sobre um conflito ocorrido na fazenda Matas do Pau Brasil³⁰⁵, iniciado em 1972, quando o grileiro Germano de Souza Neves resolveu expulsar os posseiros que a habitavam³⁰⁶. O conflito logo se estendeu à Vitória da Conquista, onde os posseiros receberam o apoio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)³⁰⁷ da Igreja Católica Apostólica Romana que, desde 1968, organizavam-se na periferia e zona rural dessa cidade. Então, quando ocorriam prisões ou iniciativas violentas por parte de Germano, realizavam-se passeatas e manifestações públicas de denúncia. O conflito perdurou até 1980 e, de acordo com Nascimento (1985), alcançou projeção nacional.

A iniciativa de Germano em expulsar os moradores das terras do Pau Brasil coincide com o momento de implantação da agricultura cafeeira em Vitória da Conquista e Barra do Choça, suplantando a pecuária, principal atividade econômica da região desde o início do século XIX. A introdução da cultura cafeeira nesses rincões do sertão baiano insere-se no contexto de modernização do campo executada pelos governos militares. Santos (1988), analisando a introdução da cultura cafeeira nas cidades em questão, salienta que essa fase foi marcada pelos

³⁰⁵ A fazenda Matas do Pau Brasil situa-se no município de Barra do Choça na divisa com Vitória da Conquista.

³⁰⁶ Em entrevista, Zé de Angelina informa que seu avô lhe contou que os primeiros posseiros do Pau Brasil vieram de Caculé, do povoado Vila da Barra da Mamona, fugindo da seca e da fome de 1899: "... entraram no mato, caçando um refrigério de vida e acharam uma terra desocupada, donde tiravam palmito para dar de comer aos filhos e, neste lugar, fizeram as primeiras aberturas." *Jornal A Tarde*, 18 de junho de 1977.

³⁰⁷ As CEBs começaram a ser organizadas em Vitória da Conquista em 1968, no mesmo ano da II Conferência do Conselho Episcopal Latino-americano (CELAM), realizada na cidade de Medellín, Colômbia. E teve por objetivo adaptar as resoluções do Concílio Vaticano II à realidade da América Latina que deliberou pela "formação do maior número de comunidades eclesiais nas paróquias" (Medellín, 1998, p. 115). Segundo Boff (1992), Medellín marca o início de um período de mudanças na Igreja em favor da libertação dos povos oprimidos.



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

incentivos governamentais, efetivados através de financiamentos e créditos agrícolas aos produtores.

Esses incentivos governamentais levaram as terras da região a uma rápida valorização, assim, ter terra passou a ser um bom negócio: seja para vender, ou para a aquisição de empréstimos nos bancos oficiais. Esse momento de reestruturação econômica gerou muita tensão social, pois, por múltiplas formas, vinham à tona iniciativas no sentido de retirar o homem do campo.

Analisando o momento de implantação da nova atividade econômica, Medeiros (1980, p.44) observa a existência, em Vitória da Conquista e Barra do Choça, de uma agricultura de subsistência, desenvolvida por “pequenos proprietários ou ocupantes de terras devolutas ou mesmo posseiros em terras alheias”. E Santos salienta que

essa expansão não se realiza, inicialmente para o lado da pecuária, atividade há muito consolidada, principalmente em Vitória da Conquista. Logo, são as áreas da produção agrícola e áreas de capoeira que primeiro se incorporam a esse processo. (BARRETO, 1981, p. 66 apud SANTOS, 1988, 79)

Em consequência da valorização das terras, derivada da política de subsídios oficiais aos plantadores de café, Mosconi (2003) chama a atenção para um constante processo de agressão à economia camponesa e familiar. Observando que, na prática, efetivou-se uma dinâmica para que os pequenos proprietários vendessem os seus lotes e que “Famílias de posseiros e de agregados fossem desalojados de suas terras de trabalho. Enfim, houve grande desagregação e disputas pela terra.” (MOSCONI, 2003, p. 32)

A pecuária, de acordo com Medeiros (1980), caracterizava-se por absorver pouca mão de obra, marcada por relações produtivas em que o trabalhador se envolvia em uma rede de paternalismo que escamoteava a dura exploração. Em



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

meio a uma realidade em que preponderava a ideologia do favor, o dono da fazenda batizava o filho do vaqueiro e dos agregados, fazendo com que o compadrio mascarasse a relação de emprego. E afirma que,

Os pobres do campo são inteiramente dominados por um conjunto de mecanismos capazes de impedir o desenvolvimento de uma consciência política. São geralmente agregados da fazenda. Sua inteira dependência ao dono da terra reforça-se por laços de compadrio e outras características de um sistema de clientela. Não se vinculam a um sistema político; dependem do dono da fazenda, dependência esta mais brutal quando se sabe que a atividade dominante, a pecuária, absorve pouquíssima mão-de-obra. Sem terra e sem trabalho numa região em que o “exército de reserva de mão-de-obra” é amplo, o emprego é um “dom divino” e a “agregação” um favor que impõe fidelidade. A estrutura social, definida pelo conjunto de fazendas símiles, entorpece qualquer pensamento político por parte do pobre do campo. Não é o trabalho subordinado contratual que existe; o que existe é o trabalho do camponês que aparece como favor deferido a este pelo dono da terra. O monopólio da terra, a disparidade entre os homens disponíveis ao trabalho e a inexistência de um mercado de trabalho fazem com que o fazendeiro seja dono da vida e imponha seu domínio à legião de homens do campo. (MEDEIROS, 1980, p.44)

Medeiros (1980) observa, ainda, que essa realidade começou a se alterar a partir dos anos quarenta do século passado e que a cultura cafeeira intensificou o ritmo das mudanças. Trata-se de uma atividade econômica que absorve uma maior quantidade de trabalhadores e que, por isso, vai ser responsável pela formação de um proletariado rural na região. É uma atividade que se caracteriza por relações produtivas mais modernas, contratual, portanto, mais propensa a um distanciamento da tradição norteada pelos valores oriundos do coronelismo.

O conflito do Pau Brasil se insere neste contexto de mudança das estruturas econômicas, políticas, sociais e culturais. E foi uma das mais significativas formas



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

de resistência de trabalhadores rurais na região ao processo de expropriação e consequente proletarização. Evidenciando, dessa forma, a crise dos mecanismos descritos acima que impediam o desenvolvimento de uma consciência política por parte dos trabalhadores rurais.

Essa dinâmica de expulsão do homem do campo não foi algo restrito à Vitória da Conquista e Barra do Choça, trata-se de um fenômeno bem mais amplo, pois decorre de políticas de modernização do campo que impactaram a totalidade do território nacional a partir de 1964.

No Estado da Bahia, os conflitos alcançaram tal magnitude que a Assembléia Legislativa instaurou uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a grilagem em 1974. A intensificação dos conflitos no campo preocupou os governantes militares, pois, na quase totalidade do território nacional, durante os anos 70, do século passado emergiram conflitos.

De acordo com Martins (1980), os conflitos no campo, na sua grande maioria, foram determinados por processos de expropriação da terra, quando por quase todo o território nacional homens e mulheres eram expulsos das glebas que habitavam, realidade que levou os posseiros à mobilização e à luta, tendo por finalidade os instrumentos de produção. Lutavam para permanecer nas terras que lhes possibilitavam as condições para produzir os bens necessários à sobrevivência. Durante esse período, de constantes iniciativas por parte dos agentes do capital em expulsar os trabalhadores rurais das terras que habitavam, a tensão social derivada da exploração aparece em segundo plano.

Martins (1985), ainda, salienta que a luta dos posseiros não se expressa através dos sindicatos, pois não objetiva mediar as relações sociais no processo produtivo e também não se relaciona com o produto do trabalho. É um tipo de luta que apresenta características bem diversas das sindicais. Os posseiros movimentam-se



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

no âmbito distinto e nem sempre coincidente com o dos limites institucionais do sindicato legalmente dependente do Estado e com os limites dos partidos cujas teses essenciais são sobre a exploração do trabalho e não sobre a expropriação do trabalhador. (MARTINS, 1985, p.16).

Para Martins (1985), esse vai ser o motivo que leva, em muitas situações, à ocorrência de uma significativa incompreensão entre os sindicatos e os trabalhadores rurais do campo, pois, o objetivo da luta dos posseiros é a permanência nas terras que habitam. No caso específico da fazenda Matas do Pau Brasil, de acordo a documentação já consultada e as entrevistas já realizadas, os posseiros afirmam ter direitos a viver na área que compõe a fazenda em disputa, pois alegam, na sua maioria, ter nascido nas referidas terras. Alguns dizem, inclusive, que até os seus pais nasceram nessa localidade, a exemplo de Zé de Angelina, ao informar que sua família já se encontrava por lá desde 1899.

No entanto, se é verdade que a expulsão dos posseiros das terras do Pau Brasil representaria o fim ao acesso aos instrumentos de produção e às condições materiais que lhes possibilitam a estruturação da vida, as implicações que iriam sofrer seriam bem mais significativas. Pois destruiria a sociabilidade edificada a partir de um longo período de convivência, que alcança desde os laços de afetividade de pessoas que viviam próximas umas das outras, compartilhando um modo de vida e alcança, também, as relações sociais da produção, quando da realização de roças coletivas, chamadas na região de adjutório.

As concepções políticas que emergem das lutas dos posseiros, observa Martins (1985), evidenciam uma concepção de direito de propriedade em que prevalece a precedência do trabalho sobre a terra e não o título de propriedade. E observa, ainda, que a luta dos posseiros, na prática, não é para cumprir a lei, mas para modificá-la, ou seja, a luta travada pelos posseiros leva a um confronto entre a



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

legitimidade e a legalidade. E é justamente aí que emerge o caráter político da luta que travam: trata-se, portanto, de uma luta que só se resolverá com a emergência de outro direito que transforme em legal o que apenas tem legitimidade. E, conclui, a adoção, por parte do governo, de uma política que considere os interesses dos posseiros levaria ao fim do pacto político das elites³⁰⁸.

Os governos militares atuaram para esvaziar os focos de tensão garantindo os interesses dos seus aliados. Ainda em 1964 foi aprovado o Estatuto da Terra que, de acordo a Laureano (2007), trata-se de uma lei de desenvolvimento rural e não uma legislação de reforma agrária como muitos a interpretam. Analisando essa legislação, Martins (1985) observa que a verdadeira função do Estatuto é controlar as tensões sociais e conflitos gerados pela expropriação dos camponeses. E afirma: “A reforma agrária ficou, portanto, circunscrita aos casos de tensão social grave, em áreas prioritárias, quando então pode haver a desapropriação por interesse social...” (MARTINS, 1985, p.35)

A intensificação das lutas dos posseiros durante o regime de exceção, como decorrência das contradições das políticas modernizantes para o campo, evidencia que os mecanismos elaborados pelos governos militares com o objetivo de enquadrar os trabalhadores rurais não obtiveram êxito, pelo menos de forma absoluta. Golbery do Couto e Silva, em atividade na Escola Superior de Guerra, afirmou que o mais grave dos conflitos estava na força política que os mesmos assumiram na medida em que se expressavam através da Igreja e de suas comunidades de base. (MARTINS, 1985, p. 24)

E foi justamente na Igreja que os posseiros da fazenda Matas do Pau Brasil encontraram auxílio. Nascimento (1985) informa, ainda, que os posseiros eram

³⁰⁸Martins (1985) observa que a profunda desigualdade na distribuição das terras no Brasil perpetua-se através de um pacto político envolvendo as classes dominantes – os proprietários de terra, os industriais, os banqueiros, os grandes comerciantes e até segmentos da classe operária envolvidos em uma linha sindical de cooptação.



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

ligados às CEBs e solicitaram à equipe que as coordenava, um encontro com agentes de pastoral, que hipotecaram total apoio aos posseiros.

Nascimento (1985, p. 163) salienta que “... o problema dos posseiros do Pau Brasil tornou-se um problema de todas as CEBs e da própria hierarquia da Igreja”. Assim, quando de uma das prisões dos posseiros, o bispo Dom Climério, no dia cinco de maio de 1978, ordenou que os sinos da catedral tocassem o dobre de finados. Fato que levou a quem ouvia a perguntar quem tinha morrido. E, na missa de domingo, Dom Climério fez a seguinte declaração: “A justiça está morta, posseiros são presos arbitrariamente, a consciência da cidade não pode calar. É preciso acordar, resgatar dignidade e ética” (MOSCONI, 2003, p. 76).

Em quase toda a periferia e zona rural de Vitória da Conquista, as Comunidades estavam organizadas desenvolvendo múltiplas formas de ação. Desde intervenções educacionais, como a alfabetização de aproximadamente 600 pessoas na periferia entre 1969-1970. Luis Mosconi (2003) afirma que nesse processo muitas pessoas despertaram a consciência. Esse despertar da consciência, declarado pelo autor, tem relação com as metodologias utilizadas nas CEBs, que não se limitavam ao letramento, pois eram elaboradas a partir de concepções fortemente influenciadas por Paulo Freire, cujo objetivo era possibilitar a problematização da realidade.

Com a implantação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), criado em 1970, pelo governo federal, cujo programa educacional se vinculava aos pressupostos teóricos do regime ditatorial em curso, os militantes das CEBs, mesmo compreendendo os objetivos alienantes do referido programa e a impossibilidade de concorrer com ele, optaram por orientar os seus quadros a participar do MOBRAL, a fim de burlar os seus mecanismos de controle e a



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

desenvolver uma educação nos moldes do Movimento de Educação de Base (MEB).³⁰⁹

Para além das intervenções em processos educativos formais, os militantes das CEBS organizaram uma campanha de convencimento aos pequenos agricultores, quando da implantação da lavoura cafeeira, para que não vendessem suas propriedades e se articularassem politicamente no sindicato. Entre 1975/76, contribuíram de forma decisiva na luta dos moradores do bairro Pedrinhas e parte alta do bairro Alto Maron na reivindicação por direitos contra a Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA), que cobrava taxas sem que a água chegasse às torneiras e, ainda, atuaram na formação de mutirões para a construção de casas, centros comunitários e banheiros para casebres.

Os militantes das CEBs, ainda, percorreram quase toda a zona rural para formar uma oposição no sindicato dos trabalhadores rurais³¹⁰. A participação das CEBs nesta vasta gama de lutas sociais em que se discutia e buscava apoio para a luta dos posseiros do Pau Brasil, muito provavelmente, contribuiu para a conformação de uma rede de apoio que se estendia por quase toda a cidade. Talvez este tenha sido um dos fatores determinantes na conquista de uma opinião pública favorável aos posseiros, fazendo com que Germano e os órgãos repressivos do Estado se sentissem pressionados e, por outro lado, criando um clima favorável para que outras entidades da sociedade civil declarassem apoio ao movimento dos trabalhadores rurais do Pau Brasil.

O leque de apoiadores aos posseiros em luta foi significativo: estudantes, intelectuais, autoridades políticas como o deputado estadual pelo MDB, Jadiel Matos, o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Vitória da Conquista, a Federação

³⁰⁹O Movimento de Educação de Base surgiu a partir de um convênio entre o governo Jânio Quadros e a CNBB. Com o golpe militar e a desestruturação deste movimento educacional, parte dos seus integrantes em Vitória da Conquista optou por organizar as CEBS.

³¹⁰A oposição começa a se organizar a partir de 1978, quando articula uma chapa para disputar o sindicato.



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia (FETAG), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação de Professores de Vitória da Conquista (APUC) etc.

O conflito, de grande relevância na cidade, passou a ser acompanhado pelos jornais de circulação estadual. Devido à dimensão dos acontecimentos, a Câmara de Vereadores de Vitória da Conquista instaurou uma Comissão de Inquérito para acompanhar o seu desenrolar e procurar soluções, pois o mesmo já alcançava as ruas, onde inúmeras passeatas ocorriam para denunciar os atos de Germano e a conivência da polícia que, constantemente, prendia os posseiros. Uma das últimas manifestações contou com a participação de mais de mil pessoas. A luta dos posseiros da fazenda Matas do Pau Brasil galga horizontes que vão além dos limites das terras em questão e assume um caráter de luta política através de formas que, provavelmente, contribuíram para a conformação na região de uma cultura antagônica à do período ditatorial, marcadas por fortes traços democratizantes. Em 21 de outubro de 1977, o programa radiofônico Voz da Diocese que, circunstancialmente, denunciava os abusos e arbitrariedades cometidas contra os posseiros da fazenda Matas do Pau Brasil foi suprimido. Para Mosconi (2003), a proibição do programa não foi circunstancial, deveria ser situada no contexto sócio-político do momento, marcado pelo autoritarismo ditatorial.

O conflito do Pau Brasil perdurou por oito anos e chegou ao fim após um processo de negociação em que Germano reconheceu o direito dos posseiros e cedeu um alqueire de terra para cada uma das famílias que habitavam as terras da Fazenda em questão. Essa mudança de posição por parte de Germano, que se abriu para a negociação, ocorreu posteriormente à decisão tomada pelos posseiros de enfrentá-lo. Os posseiros, em mais de cem, portando os instrumentos de trabalho e algumas poucas espingardas velhas se dirigiram nas terras do Pau Brasil ao

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

encontro de Germano, que se refugiou na sede da fazenda de onde trocou tiros com os posseiros que aproveitaram a oportunidade para destruir um terreiro de secar café e um trator³¹¹.

Não demorou para que a polícia chegasse, chamada por um dos funcionários de Germano que conseguiu fugir no início da peleja. Após anos de luta e de muito aprendizado político, os posseiros perceberam a força política que tinham coletivamente e, ao que tudo indica, essa autoconfiança fez com que apostassem no enfrentamento direto, compreendendo que unidos eram bem mais fortes que o grileiro. É provável que essa decisão tenha ocorrido posteriormente a análises que consideraram a importância dos apoios conseguidos na cidade com as CEBs e com as entidades da sociedade civil, que em muitos momentos foram fundamentais para o transcurso da luta, denunciando as prisões e arbitrariedades de Germano. Por outro lado, provavelmente, após um tempo tão vasto de conflito é possível que os posseiros já compreendessem que este não se resolveria no judiciário ou pela pressão da opinião pública.

Para desenvolver o estudo sobre o conflito do Pau Brasil, parte-se do pressuposto de que, mesmo se tratando de um episódio que aconteceu em Vitória da Conquista e Barra do Choça, através de múltiplos mecanismos, a sua compreensão apenas pode ser efetivada se forem considerados os elementos que o vinculam a uma totalidade. Entretanto, “a História total não consiste na tarefa impossível de dizer tudo sobre tudo, mas somente em dizer aquilo de que a totalidade depende e aquilo que depende da totalidade”. (VILAR apud CARDOSO, 1979, p. 14)

³¹¹Durante os oito anos de conflito, dentre as múltiplas táticas adotadas por Germano, foi constante a destruição dos benefícios edificados pelos posseiros, incluindo suas roças. Objetivava inviabilizar as condições materiais de existência dos posseiros obrigando-os, dessa forma, a ter que abandonar a terra. A iniciativa por parte dos posseiros em destruir um terreiro de secar café e um trator de Germano, em um momento de radicalização da luta, evidencia a adoção por parte dos posseiros de uma nova tática que, tudo leva a crer, aprenderam com o seu oponente ao longo dos oito anos de luta.



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

Assim, como já evidenciado ao longo do texto, não é possível desconsiderar as iniciativas no sentido de modernização do campo no Brasil enquanto uma das principais causas desse episódio. No entanto, esse enfrentamento entre os posseiros e seus aliados por um lado, e o grileiro por outro, que se estendeu ao longo de oito anos não pode ser explicado, apenas, pela determinação de forças externas à região. E se assim for feito, devido ao fato desta força ser o capital que alarga os seus tentáculos ao campo, estará absolutizando o fator econômico enquanto determinante para o desenrolar dessa luta social, desconsiderando fatores fundamentais para a compreensão do episódio a ser estudado.

Dessa forma, relegando os fatores subjetivos, pois o conflito do Pau Brasil se estendeu ao longo do tempo e se constituiu em um movimento social, devido à opção feita pelos posseiros por resistir na terra. Os posseiros poderiam ter abandonado a fazenda que habitavam sem resistência, a exemplo dos posseiros da fazenda Lagoa do Arroz, que se situa ao lado do Pau Brasil, e dos posseiros de tantas outras fazendas desta região neste período, porém, apostaram na luta.

A opção pela resistência, por não se resignar com a violência do processo de expropriação que os transformariam em proletários, evidencia a liberdade com que homens e mulheres se deparam para escolher e decidir os caminhos a seguir ao longo da sua trajetória. De acordo com Aróstegui (2006), essa liberdade de intervenção na realidade social é que possibilita a ação criativa do sujeito e é responsável pela emergência da historicidade social. É bem verdade que se trata de uma liberdade relativa, pois imersa nas estruturas sociais com as quais os homens e mulheres se deparam em meio à edificação dos seus projetos. Mas é importante perceber a dinamicidade da compreensão do autor sobre as estruturas, pois, conforme salienta,

as estruturas não são coisas, mas essencialmente relações, que se encarnam nas instituições, na organização social, ainda que não se



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

identifiquem com elas, mas são representadas também em símbolos, em pensamento e comunicação. (ARÓSTEGUI, 2006, p. 269).

Aróstegui (2006), ainda, ressalta que é no processo de criação e destruição de estruturas que a sociedade evidencia mais enfaticamente a sua historicidade. A partir desta análise teórica, trabalha-se com a compreensão de que a liberdade encontrada pelos posseiros para resistir insere-se em um contexto de crise das estruturas de pensamento, como já apontado acima, em que o modo de vida dos trabalhadores rurais era destruído a partir das suas bases materiais, levando também à desestruturação dos valores tradicionais na região e dos laços de submissão dos trabalhadores do campo para com os fazendeiros.

A liberdade que levou os posseiros a escolherem o caminho da resistência, a permanecerem na luta ao longo de oito anos, vivenciando os seus altos e baixos: desde a necessidade de responder as ofensivas do grileiro e de seus aliados, quando das prisões, ameaças de morte, espancamentos, destruição de suas roças e iniciativas jurídicas para que abandonassem as terras em disputa, passando pela dinâmica de discussões e de mudanças de táticas devido às múltiplas conjunturas do período que se estende de 1972 a 1980. Tudo isso, certamente, possibilitou aos posseiros um processo de aprendizagem política, que se expressou na iniciativa em enfrentar o grileiro de frente pondo fim ao conflito.

REFERÊNCIAS

ARÓSTEGUI, Julio. **A Pesquisa Histórica**: teoria e método. Bauru: Edusc, 2006.
BOFF, L. **América Latina**: da conquista à nova evangelização. São Paulo: Ática, 1992.



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

CAMARGO, Aspásia da Alcântara. A Questão Agrária: Crise do poder e reformas de base. (1930-1964) In: FAUSTO, Boris. **História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano**, Tomo III. São Paulo: Difel, 1986.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Agricultura, Escravidão e Capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979.

LAUREANO, Delze dos Santos. **O MST e a constituição: um sujeito histórico na luta pela reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MARTINS, José de Souza. **A Militarização da Questão Agrária**. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. **Expropriação e Violência**. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

MEDEIROS, R. A Greve dos Trabalhadores na Cultura do Café. **Caderno CEAS**, nº 70. novembro-dezembro, 1980.

MOSCONI, Luis. Edvanda. **Uma vida de fé e de muitas lutas**. São Paulo: Parábola, 2003.

NASCIMENTO, Antônio Dias. **Organização de Base: Reinvenção da participação Popular**, dissertação de mestrado, UFBA, 1985.

SANTOS, Antônio Luiz. **Produção de Riqueza e Miséria na Cafeicultura: As transformações recentes do espaço rural nos municípios de Vitória da Conquista e Barra do Choça – Bahia**, dissertação de mestrado, UFPE, 1988.

Conclusões da conferência de MEDELLÍN, 1968: trinta anos depois, MEDELLÍN é ainda atual? –São Paulo: paulinas, 1998.

Jornal A Tarde, 18 de junho de 1977.